



Março/2015



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Concurso Público para provimento de cargos de **Técnico do CNMP** **Apoio Técnico Administrativo - Segurança Institucional**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'L12', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 7, considere o texto abaixo.

O sino de ouro

[...] – mas me contaram em Goiás, nessa povoação de poucas almas, as casas são pobres e os homens pobres, e muitos são parados e doentes e indolentes, e mesmo a igreja é pequena, me contaram que ali tem – coisa bela e espantosa – um grande sino de ouro.

Lembrança de antigo esplendor, gesto de gratidão, dádiva ao Senhor de um grã-senhor – nem Chartres, nem Colônia, nem S. Pedro ou Ruão, nenhuma catedral imensa com seus enormes carrilhões tem nada capaz de um som tão lindo e puro como esse sino de ouro, de ouro catado e fundido na própria terra goiana nos tempos de antigamente.

É apenas um sino, mas é de ouro. De tarde seu som vai voando em ondas mansas sobre as matas e os cerrados, e as veredas de buritis, e a melancolia do chapadão, e chega ao distante e deserto carrascal, e avança em ondas mansas sobre os campos imensos, o som do sino de ouro. E a cada um daqueles homens pobres ele dá cada dia sua ração de alegria. Eles sabem que de todos os ruídos e sons que fogem do mundo em procura de Deus – gemidos, gritos, blasfêmias, batuques, sinos, orações, e o murmúrio temeroso e agônico das grandes cidades que esperam a explosão atômica e no seu próprio ventre negro parecem conter o germe de todas as explosões – eles sabem que Deus, com especial delícia e alegria, ouve o som alegre do sino de ouro perdido no fundo do sertão. E então é como se cada homem, o mais pobre, o mais doente e humilde, o mais mesquinho e triste, tivesse dentro da alma um pequeno sino de ouro. [...]

Mas quem me contou foi um homem velho que esteve lá; contou dizendo: “eles têm um sino de ouro e acham que vivem disso, não se importam com mais nada, nem querem mais trabalhar; fazem apenas o essencial para comer e continuar a viver, pois acham maravilhoso ter um sino de ouro”.

O homem velho me contou isso com espanto e desprezo. Mas eu contei a uma criança e nos seus olhos se lia seu pensamento: que a coisa mais bonita do mundo deve ser ouvir um sino de ouro. Com certeza é esta mesma a opinião de Deus, pois ainda que Deus não exista ele só pode ter a mesma opinião de uma criança. Pois cada um de nós quando criança tem dentro da alma seu sino de ouro que depois, por nossa culpa e miséria e pecado e corrupção*, vai virando ferro e chumbo, vai virando pedra e terra, e lama e podridão.

***corrução** = corrupção (regionalismo)

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. **Os melhores contos de Rubem Braga**. São Paulo: Global, 1999, 10 ed. p. 131-132)

1. O desenvolvimento do texto salienta, especialmente,
 - (A) a importância da preservação de um meio ambiente favorável à propagação do som oriundo das badaladas de um sino de ouro que, ecoando na natureza, traz alegria para aqueles que o estão ouvindo.
 - (B) a permanência de uma concepção materialista voltada para elementos terrenos de valor incontestável perante os homens, representado pelo sino de ouro que resgata as antigas riqueza e importância do lugar.
 - (C) o contraste entre antiga riqueza e atual pobreza, assim como entre a grandeza de catedrais famosas e a simplicidade do lugarejo em que a existência de um sino de ouro se mostra como algo extraordinário.
 - (D) o esforço de uma população que vive sem recursos em uma região distante e abandonada, no sentido de demonstrar sua fé através do som produzido por um objeto de grande valor, como o sino de ouro.
 - (E) o desencanto das pessoas mais velhas com a decadência do lugar onde vivem, de cuja grandiosidade restou apenas um sino de ouro que, ainda que pequeno, corrobora suas convicções religiosas.

2. No último parágrafo, identifica-se
 - (A) a conclusão pertinente de todo o desenvolvimento textual, com oposição entre a visão de espanto e desprezo de um homem velho e a ingenuidade e a simplicidade de uma criança, ainda não corrompida pelos desencantos da vida.
 - (B) a introdução de um novo argumento de sustentação da ideia central do texto, ou seja, a de que os seres humanos estarão sempre sujeitos à perda de valores morais e religiosos, principalmente se conseguem alcançar riquezas materiais.
 - (C) uma opinião emitida pelo próprio autor, em que expõe sua dúvida pessoal quanto à real importância atribuída a um objeto de alto valor, como um sino de ouro, desnecessário, entretanto, para uma população tão pobre e desamparada.
 - (D) uma censura ao emprego indevido de bens materiais, simbolizados na utilização do ouro extraído do próprio lugar, onde nada mais existe, a não ser indolência e miséria, para fundir um sino, cujo benefício está apenas na sonoridade, ainda que bela.
 - (E) o desprezo do autor diante da história que lhe foi contada, por considerar o contraste entre a pobreza das pessoas e a quantidade de ouro necessária para a fundição de um sino, sem valor imediato para melhorar as condições de vida na região.



3. ... das grandes cidades que esperam a explosão atômica e no seu próprio ventre negro parecem conter o germe de todas as explosões... (3º parágrafo)

Identifica-se, na afirmativa acima,

- (A) constatação quanto ao fato de que a explosão demográfica que identifica as grandes cidades tende a inviabilizar a convivência pacífica entre os cidadãos.
- (B) reconhecimento de perigos externos que venham a comprometer a necessária tranquilidade da vida nas grandes cidades.
- (C) indicação da existência de uma estabilidade social trazida, incontestavelmente, por uma paz urbana garantida internamente.
- (D) resignação frente aos problemas vividos por uma população heterogênea, como a que se encontra nos maiores aglomerados urbanos.
- (E) alusão a uma violência imanente, que pode tornar-se fator de desestabilização da vida em sociedade, principalmente em grandes centros urbanos.

4. *É apenas um sino, mas é de ouro. De tarde seu som vai voando em ondas mansas sobre as matas e os cerrados, e as veredas de buritis, e a melancolia do chapadão, e chega ao distante e deserto carrascal, e avança em ondas mansas sobre os campos imensos, o som do sino de ouro. E a cada um daqueles homens pobres ele dá cada dia sua ração de alegria. [...] E então é como se cada homem, o mais pobre, o mais doente e humilde, o mais mesquinho e triste, tivesse dentro da alma um pequeno sino de ouro.*

O trecho transcrito acima é exemplo de

- (A) uso insistente de repetições que interrompem conscientemente o fluxo narrativo, resultando em ideias circulares e expressões já apresentadas anteriormente como, por exemplo, **ondas mansas**.
- (B) emprego de recursos sintáticos que garantem o encadeamento das ideias, como a insistência no uso da conjunção **e**, que imprime, além do mais, ritmo melódico às frases.
- (C) ressalva em relação a todo o teor do texto, ao pretender acentuar a importância de um sino de ouro, como atestado da antiga prosperidade do lugarejo, agora habitado somente por **homens pobres**.
- (D) identificação dos sentimentos religiosos do autor, ao ouvir o **som do sino de ouro**, participando da alegria demonstrada pelos habitantes do lugar em possuir tão valioso instrumento sonoro.
- (E) uso prolixo de alguns elementos da língua, pois, ao afirmar que se trata de **apenas um sino**, ou de **um pequeno sino de ouro**, o autor diminui a importância desse objeto naquele lugar humilde.

5. Considere as afirmativas abaixo a respeito do emprego de sinais de pontuação no texto:

- I. O longo segmento isolado por travessões no 3º parágrafo constitui uma enumeração de sentido explicativo em relação à afirmativa que o antecede.
- II. Os dois-pontos que aparecem no 4º parágrafo introduzem uma citação, devidamente assinalada pelas aspas que aparecem no seu início e no fim.
- III. *... que a coisa mais bonita do mundo deve ser ouvir um sino de ouro.*
Estaria inteiramente correta, sem alteração do sentido da afirmativa, a colocação de uma vírgula entre o verbo *ser* e o verbo *ouvir*.
- IV. *Pois cada um de nós quando criança tem dentro da alma seu sino de ouro...*
O segmento *quando criança* pode ser isolado por vírgulas, sem prejuízo para a correção da frase.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.



6. ... que ali tem um grande sino de ouro
... eles têm um sino de ouro

O par que se caracteriza pelos mesmos tempo, modo e pessoas em que se encontram os verbos sublinhados acima é:

- (A) *se lia seu pensamento*
se liam suas ideias
- (B) *cada um deles fez apenas o essencial*
fazem apenas o essencial
- (C) *eles sabem que Deus ...*
se eles soubessem que Deus ...
- (D) *o lugarejo é pobre*
as casas são pobres
- (E) *O homem velho me contou isso*
Os habitantes me contaram isso

7. *E a cada um daqueles homens pobres ele dá cada dia sua ração de alegria.*

A função sintática do termo sublinhado acima é a mesma do que se encontra, também sublinhado, em:

- (A) ... *nenhuma catedral imensa [...] tem nada capaz de um som tão lindo e puro ...*
- (B) *Pois cada um de nós quando criança tem dentro da alma seu sino de ouro ...*
- (C) *Eles sabem que de todos os ruídos e sons que fogem do mundo em procura de Deus ...*
- (D) ... *que Deus [...] ouve o som alegre do sino de ouro perdido no fundo do sertão.*
- (E) *De tarde seu som vai voando em ondas mansas sobre as matas e os cerrados ...*

8. As normas de concordância verbal e nominal estão inteiramente respeitadas em:

- (A) *É aceito por todos os habitantes a existência de um sino de ouro, apesar da pobreza geral, porque a beleza dos sons por ele emitido não se comparam a nada.*
- (B) *Um viajante que chega ao lugarejo deve achar incompatível as condições miseráveis de vida da população e o alto valor de um sino de ouro ali existente.*
- (C) *Somente os sons de um sino de ouro poderia tornar-se a maneira mais apropriada, para aqueles pobres homens, de cultivarem e transmitirem seu sentimento religioso.*
- (D) *Todos os dias, o som do sino de ouro que se espalha pelos ares enche de alegria o coração dos habitantes e lhes traz uma doce sensação de paz e harmonia.*
- (E) *Naquele lugar pequeno e pobre, os sons de um sino de ouro se transforma no maior presente que os moradores é capaz de oferecer aos viajantes que casualmente passam por ali.*

9. *Algun forasteiro chega por acaso ao pequeno lugar.*

O forasteiro propõe negócios. Propõe estradas. Propõe progresso.

Os habitantes olham o forasteiro em silêncio.

Os habitantes permanecem quietos.

Eles ouvem dentro de si seu particular sino de ouro.

As frases acima compõem um parágrafo corretamente pontuado, com lógica, clareza e coesão, em:

- (A) *Ainda que algum forasteiro possa chegar ao pequeno lugar por acaso, que propõe negócios, propõe estradas e propõe progresso. Os habitantes olham o forasteiro em silêncio, permanecem quietos, ouvem dentro de si seu particular sino de ouro.*
- (B) *Enquanto algum forasteiro chega por acaso ao pequeno lugar e propõe negócios e mais estradas, com progresso. Os habitantes olham o forasteiro em silêncio, permanecendo quietos e ouvem dentro de si seu particular sino de ouro.*
- (C) *Os habitantes do pequeno lugar olham o forasteiro que chega por acaso em silêncio. Eles permanecem quietos, com seu particular sino de ouro que ouvem dentro de si, mesmo com o forasteiro propondo negócios, estradas e progresso.*
- (D) *Os habitantes que olham o forasteiro em silêncio e eles permanecem quietos. Eles ouvem dentro de si seu particular sino de ouro, quando ele chega por acaso ao pequeno lugar. Por isso mesmo, o forasteiro propõe negócios, propõe estradas, propõe progresso.*
- (E) *Se algum forasteiro, por acaso, chega ao pequeno lugar, propondo negócios, estradas e progresso, os habitantes o olham em silêncio. Permanecendo quietos, ouvem dentro de si seu particular sino de ouro.*



10. O segmento inteiramente correto, com linguagem adequada e respeito às normas que regem a redação de documentos oficiais, é:
- (A) Os congressistas acabam de aprovar a emenda apresentada na semana passada, para votação, por que consideraram que a mesma vem de encontro aos interesses dos contribuintes, por isso votaram unânimes nela, aprovando-a.
 - (B) Os contratos ora vigentes privilegiam a boa governança empresarial, no sentido de se estabelecerem normas fundamentais para acordos entre partes interessadas, compra e venda de materiais, fornecimento de componentes necessários e cumprimento dos prazos estabelecidos.
 - (C) Conquanto é necessário o comparecimento de todos para o quorum permitindo a votação dos projetos enviados, parece que não será isso possível, já que os participantes da comissão estão envolvidos com outros compromissos, também inadiáveis.
 - (D) As partes interessadas decidiram que os bens que cada parte adquirir, a qualquer título, durante a vigência do contrato, será propriedade comum às partes, e a divisão será de acordo com o que cada uma dessas partes adquirir, quando o contrato for rompido.
 - (E) Como se tratam de documentos de cessão de bens, onde esses bens se encontram relacionados, é importante estabelecer a origem de cada um deles e de seu proprietário, com o propósito de se evitar futuras demandas e acúmulo de processos judiciais.

Legislação de Interesse Institucional

11. A pena prevista na Lei nº 8.112/1990, para o servidor primário que retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, documento ou objeto da repartição, terá o seu registro cancelado, se o servidor não houver praticado nova infração disciplinar, no período de
- (A) 3 anos de efetivo exercício, sendo que o cancelamento da penalidade surtirá efeitos retroativos.
 - (B) 3 anos de efetivo exercício, sendo que o cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.
 - (C) 1 ano de efetivo exercício, sendo que o cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.
 - (D) 2 anos de efetivo exercício, sendo que o cancelamento da penalidade surtirá efeitos retroativos.
 - (E) 2 anos de efetivo exercício, sendo que o cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

12. O auxílio moradia

- (A) será concedido ao servidor mesmo na hipótese de outra pessoa que resida com o servidor esteja recebendo o referido auxílio, exceto se cônjuge.
- (B) cessará imediatamente no caso de falecimento ou exoneração.
- (C) cessará imediatamente no caso de colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel.
- (D) começará a ser pago no prazo mínimo de três meses após a comprovação da despesa pelo servidor.
- (E) possui valor mensal limitado a 25% do valor do cargo em comissão, função comissionada ou cargo de Ministro de Estado ocupado.

13. O Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP compõe-se de

- (A) 15 membros, sendo presidido pelo Juiz indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) 12 membros, sendo presidido pelo Procurador-Geral da República.
- (C) 15 membros, sendo presidido pelo Procurador-Geral da República.
- (D) 14 membros, sendo presidido pelo Procurador-Geral da República.
- (E) 14 membros, sendo presidido pelo Juiz indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

14. No tocante à Corregedoria Nacional, considere:

- I. Na eleição do Corregedor Nacional, não sendo alcançada na primeira votação a maioria absoluta, os dois candidatos mais votados concorrerão em segundo escrutínio, proclamando-se vencedor, em caso de empate, o mais antigo no Conselho.
- II. O mandato do Corregedor Nacional expirará no prazo de um ano, independentemente do término do mandato de Conselheiro.
- III. Ao Corregedor Nacional compete elaborar e apresentar ao Plenário relatório trimestral sobre as atividades desenvolvidas na Corregedoria Nacional, divulgando relatório consolidado no final do exercício.

De acordo com o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

15. O Conselheiro é nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do

- (A) Congresso Nacional, para cumprir mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (B) Senado Federal, para cumprir mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (C) Senado Federal, para cumprir mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (D) Congresso Nacional, para cumprir mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (E) Senado Federal, para cumprir mandato de um ano, admitida uma recondução.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Observe a sequência (1; 2; 3; 3; 4; 5; 6; 6; 7; 8; 9; 9; 10; 11; ...) que possui uma lei de formação. A soma dos 38^o, 45^o e 81^o termos dessa sequência é igual a
- (A) 119.
(B) 124.
(C) 127.
(D) 131.
(E) 139.
-
17. Com um saco de 10 kg de farinha uma padaria faz 132 pãezinhos e 22 bisnagas. Essa padaria quer produzir pacotes que tenham 6 pãezinhos e uma bisnaga em cada um desses pacotes. Mantendo essa proporção e utilizando ao máximo a farinha disponível, o número máximo desses pacotes que essa padaria conseguirá produzir com 4 sacos de 10 kg de farinha é igual a
- (A) 76.
(B) 80.
(C) 84.
(D) 88.
(E) 92.
-
18. Dois amigos fizeram provas em concursos diferentes. Mário acertou 42 das 60 questões do concurso que prestou e Lúcio acertou 64 das 80 questões de seu concurso. Para superar o resultado de Lúcio em 5 pontos percentuais, o número de questões que Mário deveria ter acertado, além das 42 que acertou, é igual a
- (A) 10.
(B) 7.
(C) 9.
(D) 3.
(E) 15.
-
19. Um livro foi impresso de modo que seu texto ocupou 420 páginas. Cada página foi impressa com 30 linhas. Para uma versão mais compacta foi planejado que em cada página seriam impressas 35 linhas. Desta maneira, a diferença entre o número de páginas da primeira versão e o número de páginas da versão compacta é igual a
- (A) 80.
(B) 50.
(C) 90.
(D) 30.
(E) 60.
-
20. Sendo $F = 1 - \{2 - [3 - (4 - 5) - 6] - 7\} - 8$ e $G = 8 - \{7 - [6 - (5 - 4) - 3] - 2\} - 1$, a diferença entre F e G, nessa ordem, é igual a
- (A) -8.
(B) -4.
(C) 0.
(D) 4.
(E) 8.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. João Ricardo, Técnico de Segurança Institucional, recebeu a incumbência de entregar uma intimação para um Promotor de Justiça. Ao saber que ele se encontrava no sítio da família, para lá se dirigiu e foi recebido por um segurança particular que, de arma em punho, ignorou as credenciais de João Ricardo, proferindo contra estas palavras de desafio ofensivas, e impediu que ele entregasse a intimação. Nesta situação, os atos cometidos caracterizaram crime de
- (A) desobediência por parte de João Ricardo, pois não acatou ordem emanada de autoridade competente e o segurança cometeu o crime de desacato, pois ofendeu João Ricardo no desempenho da sua função de funcionário público.
 - (B) desobediência por parte de João Ricardo, pois deixou de entregar a intimação de que fora incumbido. Já no caso do segurança, não houve crime na sua conduta, na medida em que cumpriu expressamente as orientações do Promotor de Justiça.
 - (C) resistência e desacato por parte do segurança, pois impediu, mediante ameaça, que João Ricardo intimasse o Promotor de Justiça, bem como João Ricardo foi desrespeitado no exercício da sua função, assumindo a condição de sujeito passivo.
 - (D) desobediência por parte do segurança, por descumprir a ordem de João Ricardo de permitir a sua entrada no sítio, o que resultou na impossibilidade deste de entregar a intimação, sendo, então, sujeito passivo.
 - (E) desacato, praticado pelo segurança, pois desrespeitou João Ricardo no exercício da sua função, mas não há a caracterização do crime de resistência, porque o sujeito ativo desse crime tem que ser funcionário público.
-
22. Emília foi designada para auxiliar em uma fiscalização externa a cargo do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e, para cumprir o seu mister, estava conduzindo um veículo, vindo a passar o semáforo que, naquele momento, apresentava a cor verde para a motorista, descumprindo, no entanto, ordem do agente de trânsito no sentido de parar o veículo que dirigia. É correto afirmar que Emília
- (A) cometeu uma infração com base no Código Nacional de Trânsito, pois as ordens do agente de trânsito prevalecem sobre as normas de circulação e outros sinais.
 - (B) não praticou nenhuma conduta delituosa, pois só haveria infração cometida com base no Código Nacional de Trânsito se ela não tivesse observado as indicações de cor vermelha do semáforo, pois ele prevalece em relação às ordens do agente de trânsito.
 - (C) cometeu uma infração com base no Código Nacional de Trânsito, pois as ordens do agente de trânsito prevalecem, exceto quando houver a indicação de cor amarela no semáforo, indicativa de atenção.
 - (D) não praticou nenhuma conduta irregular com base no Código Nacional de Trânsito, pois o semáforo na cor verde lhe autorizava a passagem.
 - (E) não cometeu nenhuma infração. Haveria infração cometida por ela somente se não tivesse observado as indicações de outros sinais, pois todos eles prevalecem em relação às ordens do agente de trânsito.
-
23. Alfredo, Técnico de Segurança Institucional, foi designado para uma diligência externa e, no caminho, foi instado a dar passagem para uma ambulância em serviço de urgência, identificada por dispositivo de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente. Porém, não o fez e, quando chegou ao seu destino final, preocupado em executar a sua tarefa em tempo hábil, estacionou o veículo que dirigia na ciclofaixa. É correto afirmar que Alfredo cometeu uma infração
- (A) média, estando sujeito à penalidade de multa, por não ter dado passagem à ambulância, além de ter estacionado o veículo em local proibido correspondente à ciclofaixa, sendo esta uma infração grave com a penalidade de multa, mais a medida administrativa de remoção do veículo.
 - (B) gravíssima, estando sujeito à penalidade de multa, por não ter dado passagem à ambulância, além de ter estacionado o veículo em local proibido correspondente à ciclofaixa, sendo esta uma infração grave com a penalidade de multa, mais a medida administrativa de remoção do veículo.
 - (C) gravíssima, estando sujeito à penalidade de multa, por não ter dado passagem à ambulância, além de ter estacionado o veículo em local proibido correspondente à ciclofaixa, sendo esta uma infração grave com a penalidade de multa, mais a medida administrativa de recolhimento do documento de habilitação.
 - (D) grave, estando sujeito à penalidade de multa, por não ter dado passagem à ambulância, além de ter estacionado o veículo em local proibido correspondente à ciclofaixa, sendo esta uma infração gravíssima com a penalidade de multa, mais a medida administrativa de remoção do veículo.
 - (E) gravíssima, estando sujeito à penalidade de multa, mais a medida administrativa de recolhimento do documento de habilitação, por não ter dado passagem à ambulância, além de ter estacionado o veículo em local proibido correspondente à ciclofaixa, sendo esta uma infração grave com a penalidade de multa, mais a medida administrativa de remoção do veículo.



24. Antônio Carlos, Técnico de Segurança Institucional, voltando de uma diligência, deparou-se com a presença de populares em ato de protesto em frente ao prédio em que exerce as suas funções. Dada a grande movimentação na via pública, disparou a arma que portava apontando para um canto em que não havia transeuntes, objetivando assustá-los e abrir caminho para adentrar ao prédio. A conduta de Antônio Carlos foi
- (A) correta, ou seja, está revestida de legalidade, pois Antônio Carlos, na condição de servidor público é quem decide sobre a conveniência e oportunidade do uso da arma de fogo.
 - (B) correta, ou seja, está revestida de legalidade, pois Antônio Carlos intencionava somente seguir adiante e adentrar no prédio em que trabalha e exerceu o seu direito constitucionalmente garantido de ir e vir livremente.
 - (C) incorreta, ou seja, ilícita, pois a lei de registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição proíbe o uso de armas de fogo por servidores públicos, sem exceção.
 - (D) incorreta, ou seja, ilícita, pois disparou arma de fogo em via pública simplesmente para abrir caminho na multidão, lembrando que portava arma de fogo em trabalho externo porque estava no exercício da sua função.
 - (E) correta, ou seja, está revestida de legalidade, ainda mais porque, em posterior depoimento, Antônio Carlos afirmou que atendeu ao pedido de ajuda feito por policial conhecido que estava no local.
-
25. João, 45 anos, foi assassinado por Judas Escariotes, 23 anos, que recebeu a quantia de R\$ 50.000,00 para praticar o crime. A conduta praticada por Judas Escariotes em face de João corresponde a homicídio
- (A) culposo, cuja pena é de detenção de 1 a 3 anos.
 - (B) qualificado, mediante pagamento de recompensa, cuja pena prevista é de 12 a 30 anos de reclusão.
 - (C) culposo, cuja pena inicialmente é de detenção de 1 a 3 anos. Porém, no caso em questão, houve circunstância agravante que resultou no aumento de um terço da pena pelo fato de Judas Escariotes ter fugido para evitar a prisão em flagrante.
 - (D) qualificado, cuja pena prevista é de 8 a 20 anos de reclusão. Porém, no caso em questão, houve circunstância agravante que resultou no aumento de um terço da pena pelo fato de Judas Escariotes ter fugido para evitar a prisão em flagrante.
 - (E) simples, mediante pagamento de recompensa, cuja pena prevista é de 12 a 30 anos de reclusão.
-
26. Cristina, gestante de 7 meses, numa discussão de trânsito, foi agredida por Francisco. Em decorrência da agressão, Cristina sente contrações e adentra o hospital com o diagnóstico de aceleração do parto. Diante dessa situação, é correto afirmar que Cristina é sujeito
- (A) ativo de lesão corporal de natureza grave, tendo como resultado aceleração de parto; Francisco assume a posição de sujeito passivo, por ser o autor da agressão. Nesse tipo de delito a pena é de reclusão de 1 a 5 anos.
 - (B) passivo de lesão corporal culposa, tendo como resultado aceleração de parto; Francisco assume a posição de sujeito ativo, por ser o autor da agressão. Nesse tipo de delito a pena é de reclusão de 2 meses a 1 ano.
 - (C) passivo de lesão corporal de natureza grave, tendo como resultado aceleração de parto; Francisco assume a posição de sujeito ativo, por ser o autor da agressão. Nesse tipo de delito a pena é de reclusão de 1 a 5 anos, com o aumento de pena em 1/3 em razão da aceleração do parto.
 - (D) passivo de lesão corporal culposa, tendo como resultado aceleração de parto; Francisco assume a posição de sujeito ativo, por ser o autor da agressão. Nesse tipo de delito a pena é de reclusão de 2 meses a 1 ano, com o aumento de pena em 1/3 em razão da aceleração do parto.
 - (E) passivo de lesão corporal de natureza grave, tendo como resultado aceleração de parto; Francisco assume a posição de sujeito ativo, por ser o autor da agressão. Nesse tipo de delito a pena é de reclusão de 1 a 5 anos.
-
27. Adriano atravessou a rua com o semáforo na cor verde para o motorista e fora da faixa de pedestres. Foi atropelado por Joaquim, condutor que vinha em velocidade dentro dos limites legais. Após o atropelamento, Adriano foi encaminhado para o hospital mais próximo, com traumatismo craniano por ter batido com a cabeça na guia. O médico que o recepcionou condicionou o atendimento médico-hospitalar emergencial à exigência de nota promissória. O médico cometeu o delito de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial cuja pena é de
- (A) detenção de 3 meses a 1 ano e multa.
 - (B) reclusão de 6 meses a 2 anos e multa.
 - (C) detenção de 9 meses a 3 anos e multa.
 - (D) reclusão de 3 meses a 1 ano e multa, além de possível pensão mensal vitalícia que será devida a Adriano em caso de sequelas resultantes da demora no atendimento.
 - (E) detenção de 3 meses a 1 ano e multa, além da representação na Receita Federal do Brasil para que o hospital perca os benefícios fiscais.



28. O réu abordou a vítima munido de arma de fogo e atirou na região da barriga, subtraindo-lhe o relógio, celular e dinheiro. Apesar da subtração dos bens, a vítima foi socorrida a tempo e sobreviveu aos ferimentos. Trata-se de crime de
- (A) latrocínio, pois da violência empregada na subtração dos bens resultou em tentativa de homicídio, com pena de reclusão de 4 a 10 anos e multa, já que o homicídio não fora consumado.
 - (B) latrocínio, pois da violência empregada na subtração dos bens resultou em tentativa de homicídio, com pena de reclusão de 20 a 30 anos e multa.
 - (C) roubo com resultado de lesão corporal grave, pois da violência empregada na subtração dos bens resultou em lesão corporal grave, com pena de reclusão de 7 a 15 anos e multa.
 - (D) roubo com emprego de arma de fogo, pois a violência foi praticada por meio de disparo de arma de fogo, seguida da subtração dos bens, com pena de reclusão de 4 a 10 anos e multa.
 - (E) roubo com resultado de lesão corporal grave, pois da violência empregada na subtração dos bens resultou em lesão corporal grave, já que o homicídio não foi consumado, com pena de reclusão de 4 a 10 anos e multa.
-
29. O agente enviou para mulher casada cópias de fotografias dela nua, tiradas em encontro amoroso que haviam mantido. Exigiu dela o pagamento de importância em dinheiro sob ameaça de, caso não atendido, revelar segredo íntimo de sua vida amorosa, enviando as fotos ao seu marido, aos filhos e às pessoas do seu meio social. A partir desse relato, é correto afirmar que a situação é
- (A) atípica sob o prisma jurídico, pois trata-se de uma discussão em torno da conduta moral da mulher casada. Essa conduta seria tipificada como extorsão somente se houvesse mais de um sujeito ativo a beneficiar-se com vantagem não econômica.
 - (B) tipificada como crime de extorsão indireta, cuja pena é de reclusão de 1 a 3 anos e multa, pois o agente constrangeu a vítima com o objetivo de obter vantagem econômica por meio de documentos.
 - (C) atípica sob o prisma jurídico, pois trata-se de uma discussão em torno da conduta moral da mulher casada. Embora possa ensejar discussões acerca de comportamento reprovável, não é passível de punição objetiva no ordenamento legal.
 - (D) tipificada como crime de extorsão, cuja pena é de reclusão de 4 a 10 anos e multa, pois o agente constrangeu a vítima com o objetivo de obter vantagem econômica.
 - (E) tipificada como crime de extorsão, cuja pena é de reclusão de 12 a 20 anos e multa, desde que a vítima constrangida pelo agente seja menor de 18 e maior de 60 anos, com o objetivo de obter vantagem não econômica.
-
30. Determinado empregado de um despachante recebeu dinheiro de cliente, pessoa física, para licenciamento de veículo. Em vez de pagar as guias do carro do cliente, usou o dinheiro em proveito próprio. Essa situação trata de um crime de
- (A) apropriação indébita ou estelionato, dependendo do critério escolhido pela vítima, pois esta é quem decide se fará ou não representação, haja vista que a ação penal nesse caso é privada.
 - (B) estelionato, em razão da intenção posterior do sujeito ativo de apropriar-se do bem, mesmo tendo-o recebido de forma legítima do sujeito passivo.
 - (C) apropriação indébita, pois o sujeito passivo, depois de estar de posse do bem recebido legitimamente do sujeito ativo, assenhora-se desse bem como se fosse seu, ferindo o direito de propriedade.
 - (D) pequeno potencial ofensivo que escapa ao campo penal no que toca ao empregado do despachante, pois o despachante é quem deve ser responsabilizado pelo ocorrido, já que responde junto ao cliente.
 - (E) apropriação indébita, pois o sujeito ativo, depois de estar de posse do bem recebido legitimamente do sujeito passivo, assenhora-se desse bem como se fosse seu, ferindo o direito de propriedade.
-
31. Quanto à Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, é correto asseverar:
- (A) À ABIN compete, dentre outras, o aprimoramento das atividades de inteligência do país, podendo, pautada pelos preceitos éticos e pela preservação dos direitos individuais, acessar irrestritamente as informações de órgãos de qualquer esfera de governo, seja federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, sem qualquer necessidade de autorização.
 - (B) Dentre outras, a ABIN tem a competência de planejar e executar ações sigilosas para obtenção e análise de dados para produção de conhecimento destinado ao assessoramento do Presidente da República, podendo ela comunicar-se com os demais órgãos de qualquer esfera administrativa de governo, seja federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, sem necessidade de autorização.
 - (C) À ABIN compete também avaliar as ameaças à ordem interna do país, podendo, para isso, acessar informações de órgãos de qualquer esfera de governo, seja federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais, sem qualquer necessidade de autorização.
 - (D) A ABIN tem a competência de desenvolver técnicas e meios sigilosos para planejamento e execução de ações de proteção aos conhecimentos sensíveis, relacionados aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade, com liberdade de acesso aos demais órgãos da Administração pública direta, indireta ou fundacional, no âmbito de qualquer esfera de governo, mediante autorização do Presidente da República.
 - (E) À ABIN compete, dentre outras atividades, a avaliação das ameaças à ordem constitucional, sejam elas internas ou externas, podendo esta agência comunicar-se com os demais órgãos da Administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer esfera do governo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, somente com conhecimento prévio de um delegado ou da autoridade competente de maior hierarquia do respectivo órgão.

32. Ao executar suas funções relativas à operação de equipamentos específicos de supervisão e controle de acesso às dependências do CNMP, Gerailton identificou a necessidade de rever a instalação dos equipamentos do circuito fechado de televisão (CFTV) para garantir a eficiência do sistema de segurança local. As especificações técnicas das câmeras e do sistema de conexão da rede instalada traziam as seguintes informações: Câmera 12 V_{DC}, 200 mA, cabeamento UTP categoria 5. Ao final da revisão, Gerailton constatou que todo sistema estava funcionando perfeitamente, sem qualquer problema. Isso significa que:
- as conexões com os cabos coaxiais estavam todas em perfeito estado de funcionamento e as câmeras estavam alimentadas por fontes de alimentação que forneciam a tensão elétrica contínua de 200 mA.
 - o sistema estava conectado adequadamente com o cabeamento de par trançado e as câmeras estavam conectadas em fontes de alimentação que forneciam a tensão elétrica contínua correta.
 - as fibras ópticas UTP estavam adequadamente conectadas ao sistema e as fontes de alimentação das câmeras estavam fornecendo a tensão elétrica alternada adequada para as mesmas, que estavam adequadamente conectadas.
 - os cabos de par trançado estavam adequadamente conectados e as fontes de alimentação estavam fornecendo a tensão elétrica alternada adequada para sua alimentação, garantindo a energia elétrica de 200 mA.
 - os cabos coaxiais estavam adequadamente conectados ao sistema e as fontes de alimentação das câmeras estavam fornecendo a corrente elétrica contínua de 12 V.
-
33. Adelson atua no âmbito da prevenção de incêndios e explosões no CNMP. O Ministério do Trabalho e Emprego, em fiscalização às instalações que estava sob sua responsabilidade, questionou a respeito das condições em que se encontravam as saídas de emergência da edificação. Segundo o fiscal do MTE, as saídas de emergência tinham largura mínima inferior àquela legal e normativamente exigida. Adelson lançou mão de um instrumento de medição de comprimento devidamente calibrado e tomou as medidas da largura das diversas saídas de emergência existentes na edificação, acompanhado do fiscal. Eles constataram que a largura mínima medida das saídas era de 1,30 m. Nestas condições, ambos verificaram que o posicionamento inicial do fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego estava INCORRETO porque a
- Norma Técnica nº 010/2014 do CBMDF indica que a largura mínima da saída de emergência deverá ser de 1,20 m.
 - Norma Técnica nº 015/2014 do CBMDF indica que a largura mínima da saída de emergência deverá ser de 1,40 m.
 - NR-23 não traz qualquer referência à medida mínima da largura da saída de emergência, o que impede o questionamento por parte de um fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego.
 - Lei nº 2.747, de 20/07/2001, não traz qualquer informação sobre a medida mínima da largura da saída de emergência de uma edificação, o que impede o questionamento por parte do fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego.
 - Norma Técnica nº 012/2014 do CBMDF indica que a largura mínima da saída de emergência deverá ser de 1,10 m.
-
34. Adelson, responsável pela prevenção contra incêndios, em uma edificação do CNMP com 13 m de altura e área de 1.300 m², informou ao seu superior que, para atender às disposições da Norma Técnica nº 001/2002 do CBMDF, dentre outros, são exigidos sistemas de proteção para esta edificação coletiva:
- hidrantes de parede.
 - SPDA.
 - chuveiros automáticos.
- A afirmação de Adelson está correta quanto a
- II e III, apenas.
 - I e II, apenas.
 - I, II e III.
 - I e III, apenas.
 - III, apenas.
-
35. Um técnico do CNMP, atuando no âmbito do levantamento de dados, imagens e informações em formato digital para documentar ocorrências e instruir processos investigativos, fez uso de um procedimento científico de coleta, exame, autenticação, preservação e análise dos dados mantidos em meios de armazenamento digital, de tal maneira que estas informações pudessem ser usadas como prova em juízo. Para isso, ele lidou com os seguintes problemas: recuperação dos dados sem prejuízo ao seu valor probatório, armazenamento com segurança dos dados recuperados, busca de informações significativas em um volume muito grande de dados e a própria apresentação das informações em juízo. Sua preocupação maior era garantir a segurança da informação. Cientificamente, estes procedimentos caracterizam o processo de
- perícia forense computacional.
 - fundamentação digital probatória.
 - LTDD – laudo técnico de documentação digital.
 - LTED – laudo técnico de elementos digitais.
 - análise digital de riscos.



36. Em função da notícia de ameaça à integridade física de Daniel, membro do Ministério Público, o Procurador-Geral ordenou a proteção pessoal como medida de segurança, dentre outras medidas preventivas. Uma vez notificada, a instituição adotou medidas para a gestão dos riscos a que este membro, em razão do exercício funcional, está submetido. Além destas medidas de gerenciamento de riscos, o órgão de segurança institucional deverá
- (A) prestar proteção pessoal imediata ao servidor ameaçado, com agentes da Polícia Federal, considerando a avaliação preliminar.
- (B) disponibilizar agentes de segurança do Exército para acompanhamento do servidor ameaçado.
- (C) comunicar o caso à Polícia Federal.
- (D) afastar o servidor ameaçado por tempo indeterminado, até que o risco seja dimensionado, dando-lhe total cobertura e atenção.
- (E) comunicar a ameaça à Polícia Judiciária.

37. As ações de inteligência são importantes para uma nação, pois objetivam a produção de conhecimentos capazes de favorecer e agilizar o processo decisório para uma ação governamental assertiva e eficiente, garantindo a segurança da sociedade e do Estado. Da mesma forma que o Brasil investe em serviços de inteligência, concorrentes com diversas finalidades também investem, confirmando-se uma ameaça constante ao país. Neste contexto, considere o trecho do Decreto nº 4.376, de 13/09/2002:

“Entende-se como ^I a atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a ^{II} e ações de qualquer natureza que constituam ^{III} à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos de interesse da ^{IV} da sociedade e do Estado, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitem.”

Completam, correta e respectivamente, as lacunas de I a IV :

	<i>I</i>	<i>II</i>	<i>III</i>	<i>IV</i>
A	<i>plano de segurança</i>	<i>contra-inteligência</i>	<i>ameaça</i>	<i>grande maioria componente</i>
B	<i>anti-inteligência</i>	<i>concorrência</i>	<i>risco e perigo</i>	<i>natureza</i>
C	<i>inteligência</i>	<i>contra-inteligência</i>	<i>perigo</i>	<i>característica</i>
D	<i>contra-inteligência</i>	<i>inteligência adversa</i>	<i>ameaça</i>	<i>segurança</i>
E	<i>plano de contingência</i>	<i>concorrência adversa</i>	<i>risco</i>	<i>natureza</i>

38. Considerando que a direção defensiva objetiva evitar acidentes, torna-se necessário que todo motorista oriente-se pela Lei nº 9.503/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. O uso de luzes previsto no CTB determina que o motorista
- (A) mantenha a luz baixa acesa durante a noite e, durante o dia, nos túneis desprovidos de iluminação pública.
- (B) mantenha a luz alta acesa nas vias não iluminadas, em qualquer situação de trânsito.
- (C) use o pisca-alerta sempre que estiver sob chuva forte, neblina ou cerração.
- (D) use a luz baixa e alta, trocando-as de forma intermitente e por curto período de tempo, quanto tiver a intenção de ultrapassar o veículo que segue à frente, dentre outras situações previstas na legislação.
- (E) mantenha a luz baixa acesa durante o dia, quando circular com carga máxima no veículo.

39. Em solicitação escrita expressa do Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, há demanda de informações sobre atividades de inteligência que estão sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. Neste caso, esta solicitação
- (A) poderá ser atendida prontamente pela ABIN, pois o referido Chefe de Gabinete tem competência legal para solicitar tais informações.
- (B) poderá ser atendida pela ABIN, mediante consulta prévia à Presidência da República, que deverá emitir parecer favorável à solicitação da consulta.
- (C) não poderá ser atendida pela ABIN, pois somente o Presidente da República tem competência legal para realizá-la.
- (D) não poderá ser atendida pela ABIN, pois somente membros da Casa Militar da Presidência da República e o Presidente da República têm competência legal para realizá-la.
- (E) não poderá ser atendida pela ABIN, em função do grau de sigilo conferido com base na legislação em vigor, excluídos aqueles cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

40. É uma irregularidade prevista na Lei nº 9.503, de 07/12/1997:
- (A) transportar passageiro acoplado no veículo em carro lateral.
- (B) transportar um passageiro em ciclomotor, que utiliza capacete, conduzindo esse veículo à esquerda da pista direita de rolamento.
- (C) circular na faixa adjacente à faixa da direita em via que tenha duas faixas, sendo que a da direita é destinada a uso exclusivo de outro tipo de veículo.
- (D) circular na via utilizando capacete de segurança com óculos protetores.
- (E) circular na via segurando o guidom com as duas mãos.



41. Julielson, técnico do CNMP, está conduzindo seu veículo, em missão, mantendo velocidade de 25 km/h, em uma via urbana arterial sem sinalização regulamentadora, objetivando observar a numeração das casas. Nesta via não existe qualquer irregularidade, impedimento ou condição que demande operações de trânsito especiais ou redução de velocidade. Nestas condições, Julielson está
- (A) dirigindo de forma irregular, pois a velocidade mínima permitida para esta via é de 40 km/h.
 - (B) descumprindo as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, pois ele poderia circular com velocidade mínima de 30 km/h.
 - (C) cumprindo o disposto na legislação vigente, pois não há definição de velocidade mínima para vias urbanas arteriais.
 - (D) dirigindo de forma regular com a legislação vigente, pois a velocidade mínima permitida para esta via é de 20 km/h.
 - (E) correto em relação à legislação vigente, pois está acima da velocidade de segurança estabelecida para esta via, segundo o Código de Trânsito Brasileiro.

42. O Decreto Distrital nº 23.154/2002 dispõe sobre as infrações às normas técnicas vigentes de instalação de sistema de proteção contra incêndio e pânico. Para efeito de entendimento e aplicação deste Decreto Distrital, são adotadas as seguintes normas técnicas:

- I. Normas da ABNT pertinentes e aplicáveis a cada sistema.
- II. Normas da ISO (*International Organization for Standardization*) pertinentes e aplicáveis a cada sistema.
- III. Normas da NFPA (*National Fire Protection Association*) pertinentes e aplicáveis a cada sistema.
- IV. Regulamento de Segurança contra Incêndio e Pânico do Distrito Federal.
- V. Normas técnicas editadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Está correto o que consta em

- (A) I e IV, apenas.
 - (B) I, II, III, IV e V.
 - (C) IV e V, apenas.
 - (D) I, IV e V, apenas.
 - (E) II, III e IV, apenas.
43. Após grave sinistro, um estabelecimento de uma empresa situado no Distrito Federal foi diligenciado pelo Ministério Público, especialmente nos quesitos relacionados à proteção contra incêndios e explosões. Nesta visita, os agentes identificaram as seguintes irregularidades: instalação de sistemas de proteção contra incêndio e pânico em desacordo com as normas vigentes; falta de zelo pela manutenção de equipamentos de segurança contra incêndio e pânico; e utilização de sistemas de proteção contra incêndio e pânico para fins diversos de sua finalidade. De acordo com a Lei nº 2.747/2001, tais irregularidades constituem infrações, as quais sujeitam os infratores a
- (A) penalidades administrativas, além daquelas de natureza civil e penal, tais como multa, apreensão de equipamentos e produtos relacionados à proteção contra incêndio e pânico, embargo e interdição, as quais poderão ser aplicadas cumulativamente.
 - (B) penalidades administrativas, tais como multa, embargo e interdição, as quais não poderão ser aplicadas cumulativamente.
 - (C) penalidades somente administrativas, representadas exclusivamente por multas, apreensão de equipamentos irregulares, embargo e interdição, as quais poderão ser aplicadas cumulativamente.
 - (D) penalidades administrativas, cíveis e penais, as quais não poderão ser aplicadas cumulativamente.
 - (E) multas, apreensões de equipamentos e produtos relacionados à proteção contra incêndio e pânico, embargo e interdição, dependendo do agravo da situação identificada e analisada, sem possibilidade de aplicação cumulativa.

44. Guilhermino, Chefe de Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, é Presidente do Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência. É correto afirmar que Guilhermino

- (A) não poderá indicar seu substituto eventual pois está pré-definido no Decreto nº 4.376/2002 que o substituto eventual do Presidente será o titular da Subchefia de Inteligência Estratégica da Presidência da República.
- (B) não poderá indicar o seu substituto eventual, pois o titular do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda é membro do Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência.
- (C) poderá convocar reunião ordinária, mediante requerimento de um dos membros do Conselho, podendo definir que ela seja realizada fora da sede da ABIN.
- (D) deverá solicitar a devida remuneração aos membros do Conselho pelos serviços prestados, sempre que ocorrer uma reunião extraordinária.
- (E) deverá convocar as reuniões ordinárias e, quando necessário, também as reuniões extraordinárias, as quais serão obrigatoriamente realizadas na sede da ABIN.



45. Ao investigar uma edificação com estabelecimentos independentes, com destinações diversas relacionadas ao comércio, prestação de serviços, clínicas e escritórios, localizada no Distrito Federal, para cumprimento do disposto na Norma Técnica nº 03/2002 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, para cada estabelecimento deve ser observado que exista, no mínimo, independentemente da proteção geral da edificação, um extintor de
- (A) água pressurizada de 10 litros.
 - (B) pó químico seco de 1 kg.
 - (C) pó químico seco de 1 kg e um extintor de água pressurizada de 10 litros.
 - (D) gás carbônico de 10 kg e um extintor de água pressurizada de 10 litros.
 - (E) gás carbônico de 10 kg.

46. Quanto ao tipo de extintor portátil a ser utilizado de acordo com a classificação do incêndio, considere:
- I. O extintor à base de monofosfato de amônia siliconizado deve ser usado para todas as classificações de incêndios: A, B, C, D e K.
 - II. O extintor tipo Dióxido de Carbono deve ser usado, preferencialmente, nos fogos das Classes B e C, embora possa ser usado também nos fogos de Classe A, em seu início.
 - III. O extintor tipo Pó Químico Seco deve ser usado nas classes de incêndio B e C.
 - IV. O extintor tipo Água Pressurizada portátil deve ser usado em fogos da Classe A, com capacidade de 10 litros.
 - V. Equipamentos elétricos energizados, tais como motores, quadros elétricos, disjuntores e cabos elétricos, exigem o uso do extintor de espuma mecânica pressurizada.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, III e V.
 - (D) II, III e V.
 - (E) I, II, III e IV.
47. Com relação ao extintor do tipo ABC, é correto afirmar:
- (A) Entende-se pela letra “B” a classe de incêndio “B”, que pode ser exemplificada por revestimentos, estofados do banco, tecidos, plásticos, tapetes e pneus.
 - (B) A letra “B” significa que a classe de incêndio, no automóvel, pode ser exemplificada pela bateria do carro, fiação elétrica e outros dispositivos elétricos.
 - (C) O extintor ABC não é descartável, o que equivale a dizer que pode ser recarregado como o anterior BC e o tempo de garantia é de 5 anos.
 - (D) A classe de incêndio “C”, no automóvel, é exemplificada pelos líquidos combustíveis: gasolina, álcool e diesel.
 - (E) A vantagem do extintor ABC sobre o BC é que o agente extintor é especialmente indicado para a classe de incêndio B, igualmente apropriado para a classe C e permite a extinção de princípios de incêndio na classe A.

48. Considere os métodos de extinção do fogo com uso de extintor para cada classe de incêndio ou tipo:
- I. “A” age por resfriamento e abafamento, retirando o calor.
 - II. “B” age por abafamento, retirando o oxigênio e evitando a alimentação das chamas.
 - III. “BC” age por resfriamento, retirando o oxigênio e evitando que o fogo continue.
 - IV. “ABC” age somente por resfriamento, retirando somente o comburente e evitando que o fogo continue.

Está correto o que consta em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I e II, apenas.



Atenção: Para responder às questões de números 49 e 50, considere o texto abaixo.

O Resgate do Corpo de Bombeiros foi acionado para socorrer uma pessoa idosa, que estava inicialmente com convulsões e depois veio a ter um colapso, dentro das dependências de uma Instituição Federal, diante de um Agente Institucional, sendo este socorrista leigo treinado. O cidadão veio a falecer após atendimento médico especializado. Segundo os Bombeiros, quando chegaram ao local, o homem estava com dificuldade respiratória e ataque cardíaco. O Agente Institucional deu ordem para isolar toda área em torno da vítima e não deixou ninguém tocar nela até o resgate chegar. Com a chegada do resgate, o cidadão foi encaminhado ao hospital mais próximo, mas já sem vida. O local não possuía desfibrilador automático externo (DEA) disponível, mas os agentes institucionais eram treinados e capacitados para os primeiros atendimentos e suporte básico de vida.

49. A partir da análise do texto e visando a situação do Agente Institucional quanto aos procedimentos voltados para o atendimento de urgência e suporte básico de vida, é correto afirmar:
- (A) De acordo com o Código Penal, o Agente Institucional não responderá por crime, pois ele isolou a área para a vítima ser atendida.
- (B) O Agente Institucional atendeu a vítima de forma inadequada, sem observar os protocolos de atendimento de emergências estabelecidos pelas instituições competentes, caracterizando o crime de omissão de socorro decorrente de prática negligente.
- (C) O Agente Institucional tem o direito à recusa desse tipo de atendimento.
- (D) O fato de chamar o socorro especializado descaracteriza completamente a ocorrência de omissão de socorro.
- (E) Pelo fato do Agente Institucional tocar em alguém inconsciente, pode ser considerada uma invasão de privacidade e ele pode ser processado por isso.

50. Quanto ao procedimento ou protocolo de RCP (Reanimação cardiopulmonar):

- I. acionar o serviço de emergência ou urgência.
 II. iniciar 30 compressões torácicas.
 III. aplicar duas ventilações.
 IV. abrir a via aérea.
 V. analisar o ritmo cardíaco.

A sequência correta para a cadeia de sobrevivência, quanto ao atendimento cardiovascular de emergência (ACE) de adultos por socorristas leigos treinados, conforme a nova recomendação de suporte básico à vida, até a chegada do resgate avançado de vida, é:

- (A) IV, III, II, I e V.
 (B) V, III, II, IV, I.
 (C) I, II, IV, III e V.
 (D) I, III, II, IV e V.
 (E) V, II, III, IV e I.

51. O Porte de Arma de Fogo é um documento com validade de até ^I..... anos. Para se obter o Porte de Arma de Fogo, o cidadão deve dirigir-se a uma unidade de ^{II}....., munido de requerimento preenchido, além de outros documentos exigidos. Deve possuir idade mínima de ^{III}..... anos. Deverá apresentar uma declaração por escrito da efetiva necessidade, expondo fatos e circunstâncias que justifiquem o pedido, principalmente no tocante ao exercício da atividade profissional de ^{IV}....., ou de ameaça à sua integridade física. Além disso, uma comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, que deverá ser atestado, respectivamente, por instrutor de armamento e tiro e psicólogo credenciado por ^V.....

Preenchem corretamente as lacunas:

	I	II	III	IV	V
A	5	Exército	18	risco	Polícia Federal
B	3	Exército	21	perigo	Conselho Regional de Psicologia
C	3	Polícia Federal	25	risco e perigo	Conselho Regional de Psicologia
D	5	Polícia Federal	25	risco	Polícia Federal
E	5	Polícia Civil	25	perigo	Polícia Federal



52. Com relação ao Código de Trânsito Brasileiro – CTB, considere os itens abaixo.

- I. cinto de segurança, para todos os veículos automotores.
- II. encosto de cabeça, para todos os tipos de veículos automotores.
- III. freios ABS e AirBags para os veículos novos de fábrica desde 2008.
- IV. macaco, chave de roda e triângulo para sinalização.
- V. dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruído.

No que diz respeito aos equipamentos obrigatórios dos veículos e segundo as normas estabelecidas pelo CONTRAN, está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e V.

53. Um Técnico de Segurança Institucional do CNMP foi agredido por um cidadão durante a abordagem. Este cidadão, descontrolado, agiu de maneira ríspida, grosseira e também aplicou um empurrão no Segurança Institucional, que possui formação em artes marciais, como meio de defesa pessoal, para conter as agressões. A partir destas informações considere os itens abaixo.

- I. O uso das técnicas das artes marciais não pode ultrapassar a intensidade da agressão sofrida. O Segurança Institucional poderá responder, caso exceda no uso de tais técnicas e de acordo com o Código Penal, pelo excesso doloso ou culposo.
- II. O Segurança Institucional deverá se impor com energia e rigor, golpeando o cidadão no intuito de abalar e aquietar o mais exaltado de alguma intenção mais agressiva.
- III. Uma vez que houver a agressão física, deverá valer-se de técnicas de imobilização, sempre observando o uso progressivo e seletivo da força para contenção da desavença.
- IV. As técnicas das artes marciais podem ser empregadas e a aplicação de golpes por toda região do corpo é permitida, para conter o agente agressor, até a sua paralisação.
- V. Dar um empurrão no Técnico de Segurança Institucional do CNMP não é uma conduta ilícita; aconselha-se convidar o mais exaltado para diálogo particular, a fim de repreender o cidadão, com atitude firme.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II e V.
- (C) I e III.
- (D) I, III e V.
- (E) I, II e IV.

54. No que diz respeito à entrada, permanência e controle de acesso do público nas dependências de Instituições Públicas, existem medidas que devem ser adotadas para facilitar o trabalho dos agentes de segurança. Dessas, recomenda-se como procedimentos padrão de Segurança Institucional, EXCETO:

- (A) O agente Institucional deve cumprimentar o visitante, colocando-se à sua disposição e ouvindo atentamente a sua necessidade, orientando-o para que se dirija à recepção, para depois encaminhá-lo à revista pessoal e direcioná-lo ao local adequado.
- (B) O documento de identidade profissional, expedido por qualquer órgão ou Conselho Federal, é considerado como se fosse o de magistrado, ou membro do Ministério Público ou outras autoridades, não necessitando o uso de crachá, mantendo-se um controle apartado de sua estadia e saída das dependências.
- (C) A entrada de prestadores de serviços, fora do horário do expediente forense, só deve ser permitida mediante autorização prévia, escrita e impressa, ou por meio de correio eletrônico corporativo, expedido por autoridade competente, de modo justificado, conforme procedimento padrão de Segurança Institucional.
- (D) O controle de acesso será feito, prioritariamente, com identificação por crachás utilizados pelos servidores, em horário de expediente ou fora dele, bem como de outros usuários durante o expediente.
- (E) O agente de segurança não deve manter a porta de acesso aberta, quando fora do horário do expediente; deve conferir adequadamente a autorização: ligar para o responsável a fim de ratificar a autorização e/ou autorizar o acesso.



55. Quanto ao sistema CFTV numere a **COLUNA 2** de acordo com a **COLUNA 1**, fazendo a correlação entre os nomes dos equipamentos de acordo com as suas funções:

COLUNA 1 Equipamentos	COLUNA 2 Funções
I. DVR STAND ALONE	() é uma câmera com movimentação por controle manual ou automático, com rotação 360 graus, possui zoom para aproximar a imagem mais detalhada.
II. AUTO IRIS	() é uma câmera utilizada exclusivamente para monitoramento via internet.
III. QUAD	() é um gravador digital para câmeras, sistema totalmente independente, captura e grava imagens em HDD interno, muito usual para residências e comércios.
IV. CAMARA IP	() é uma lente para câmera de vigilância com poder de ajustar conforme a intensidade de Iluminância do ambiente.
V. PTZ ou SPEED DOME	() é um equipamento destinado a utilizar um monitor e visualizar até 4 câmeras, ao mesmo tempo, e tendo como função principal, a sequência de imagens capturadas conforme o tempo determinado.

A ordem correta da **COLUNA 2** deve ser:

- (A) V, IV, I, II e III.
(B) IV, V, III, II e I.
(C) IV, V, II, I e III.
(D) V, IV, III, II e I.
(E) IV, V, I, III e II.
-
56. O crime contra o patrimônio público é aquele que se pratica contra propriedades da União, do Estado ou do Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista. Quando um indivíduo comete crime contra o patrimônio público:
- (A) se menor de 18 anos, e pego em flagrante, o responsável pode ser detido de 1 a 3 meses, havendo incidência de multa pelo dano causado.
(B) não tem direito à fiança, sendo passível de pena de detenção de 1 a 3 meses.
(C) o valor da fiança dependerá da autoridade judicial mas, se não houver pagamento, a detenção pode ser de 1 a 12 meses.
(D) responde em liberdade, caso seja capturado no ato do crime.
(E) só pode ser preso se for pego em flagrante e incide multa pelo dano causado.

-
57. Durante a 2ª Sessão Extraordinária do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, realizada numa terça-feira, 14 de outubro de 2014, o presidente do Conselho assinou a Resolução nº 116/2014, que estabelece regras gerais para a proteção pessoal de membros do Ministério Público e de seus familiares diante de situação de risco decorrente do exercício da função.

(Texto adaptado e extraído do site <http://www.cnmp.mp.br/portal/noticia/6520-presidente-do-cnmp-assina-resolucao-que-institui-protexao-pessoal-a-membros-do-mp>)

Sobre o assunto, analise:

- I. Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) do Senado Federal zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providência.
- II. No processo de gestão de risco, o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP deverá considerar, além de outros, a segurança das áreas e instalações do ambiente em que está inserido o ameaçado e sua família.
- III. A situação de risco deverá ser reavaliada periodicamente por empresas particulares contratadas pelo Procurador-Geral e após emissão de um novo relatório da Polícia Judiciária para o efeito de manutenção, aprimoramento ou cessação das medidas adotadas para garantia da segurança do ameaçado.
- IV. A prestação de proteção pessoal pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP deverá ser precedida de planejamento técnico, operacional e logístico, assim como de alocação de recursos para execução das atividades, nos limites orçamentários e financeiros disponíveis.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
(B) II e III.
(C) I e IV.
(D) II e IV.
(E) I, II e IV.



58. Quanto à segurança de dignitário estrangeiro, considere:

- I. Os agentes de segurança do dignitário estrangeiro, durante a permanência no país, não são autorizados a usar porte de arma de fogo, por não serem agentes acreditados junto ao Governo Brasileiro.
- II. O motorista que conduz o veículo do dignitário estrangeiro, no ponto crítico, dever analisar a situação antes e reagir rapidamente, utilizando técnicas ofensivas para a fuga com segurança.
- III. O agente de segurança aproximado, conhecido como "mosca", é responsável pela varredura do local; deve deslocar-se à frente do veículo do dignitário estrangeiro, em tempo variável, com a finalidade de neutralizar ou remover a aglomeração de curiosos, evitando riscos e perigo.
- IV. As vias ou pistas à frente da comitiva têm que estar livres, pela ação dos Agentes Federais e veículos com sinaleira ligada, com fechamento antecipado e planejado de cruzamentos à frente, buscando minimizar riscos e perigos.
- V. O planejador de segurança deve adotar as necessárias medidas para a proteção do dignitário estrangeiro, bem como coordenar com a Polícia Federal, evitando o envolvimento de outros órgãos, como Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Militar, a fim de manter sigilo das informações.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e V.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I e II.
- (E) II e IV.

59. À noite, quando um veículo vier em direção contrária com os faróis altos, tendo em vista os preceitos da direção defensiva, deve-se tomar as seguintes providências:

- I. aumentar a velocidade do carro para sair da direção do fluxo luminoso do carro oposto.
- II. piscar os faróis para o motorista que vem no sentido contrário.
- III. não olhar diretamente para os faróis do veículo que vem no sentido oposto, desviando o foco de visão.
- IV. diminuir a distância com relação ao veículo à sua frente.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

60. Quanto à segurança eletrônica, considere:

- I. A internet pode ser utilizada para transferir dados que precisam transitar com segurança, desde que utilizando medidas de segurança adequadas, tais como, dentre outras possíveis, *firewalls*, VPNs e proteção de senha.
- II. Uma vantagem do sistema CFTV analógico é que possui encriptação, o que não permite que qualquer pessoa veja as transmissões ou, ainda, que interfira com informações falsas em vídeo.
- III. As fitas VHS utilizadas antigamente para gravações, em geral, foram substituídas por discos rígidos (HD), para integração com sistemas baseados em microcomputadores (PC).
- IV. Comparando o sistema CFTV analógico com o digital, que utilizam redes internet com Protocol (IP), somente foram substituídos os cabos coaxiais e o monitor analógico, pois apresentam maior velocidade na captura de imagem.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.